

DCH - CAMPUS V
Departamento
de Ciências Humanas



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH/CAMPUS V
COLEGIADO DE HISTÓRIA

LUCIANO SILVA SANTOS

MEMÓRIAS VIVAS: CARA, CANTOS E ENCANTOS – POLIVALENTE
DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA –BA, de 1972 a 1985.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BAHIA
2025

LUCIANO SILVA SANTOS

MEMÓRIAS VIVAS: CARA, CANTOS E ENCANTOS – POLIVALENTE DE
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA –BA, de 1972 a 1985.

Trabalho de conclusão de curso do Colegiado de História do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V – Santo Antônio de Jesus, como pré-requisito para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Nancy Rita Santo Sé de Assis

SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BAHIA
2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

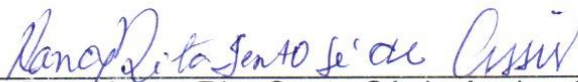
MEMÓRIAS VIVAS; CARA, CANTOS E ENCANTOS – POLIVALENTE DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA – BA, de 1972 a 1985

LUCIANO SILVA SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de licenciatura em História, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V, Departamento de Ciências Humanas.

Aprovado em: 05 / 08 / 2025

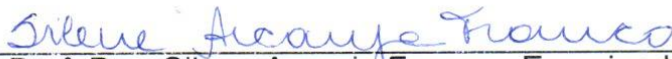
Banca Examinadora:



Prof^a. Dra. Nancy Rita Sento Sé de Assis - Orientador
Universidade do Estado da Bahia - UNEB



Prof^a. Dr. Edinaldo Antônio Oliveira Souza - Examinador
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof. Dra. Silene Arcanjo Franco - Examinadora
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Santo Antônio de Jesus -- BA
2025

MEMÓRIAS VIVAS: CARA, CANTOS E ENCANTOS – POLIVALENTE DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA –BA, de 1972 a 1985.

Luciano Silva Santos¹

RESUMO

Este artigo busca analisar as motivações e estratégias que nortearam a política educacional brasileira nos anos de 1964 a 1985. Período marcado pela governança do regime civil-militar, que entre outros meios, se utilizou da educação que em princípio baseia-se no ato libertador para implementar e consolidação de seu projeto de poder. Ao analisar o projeto das Escolas Polivalente e sua inserção na trama da ditadura civil-militar. Estabelecendo o Polivalente de Conceição do Almeida como célula norteadora das investigações, questionamos, o que representou para os sujeitos que compõem a cidade de Conceição do Almeida, em especial os membros da referida escola a implementação deste projeto. Assim sendo, realizou-se pesquisas bibliográficas buscando observar o que já foi publicado na literatura acerca deste contexto histórico. E mais, investigamos o processo de formação da Escola Polivalente de Conceição do Almeida-Ba, a partir das memórias e percepções experimentadas por sua comunidade escolar. Consequentemente, este trabalho se organiza em três tópicos: o primeiro traz uma análise da implantação das Escolas Polivalentes no Brasil, com foco na Escola Polivalente de Conceição do Almeida, Bahia, no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que visavam integrar o ensino regular e profissionalizante; o segundo apresenta breve panorama histórico da educação brasileira, desde o período pré-1964 até à implementação da Pedagogia Tecnicista ; o terceiro, e último, aborda a memória dos agentes protagonistas da escola Polivalente de Conceição do Almeida, como uma construção particular e coletiva dos envolvidos. Conclui-se, desta forma, que a proposta educacional era um arcabouço do imperialismo norte-americano, que se utilizou do acordo USAID/MEC, usando a educação para fins econômicos do capitalismo norte-americano no Brasil. Conclui, ainda, que o projeto de escolas Polivalentes apresentava uma trajetória diferenciada em comparação às demais escolas na sua proposta pedagógica/curricular, ao integrar ensino regular e profissionalizante, aliando teoria e prática na formação dos alunos.

Palavras-chave: Regime Militar. Educação. Escola Polivalente. Memórias.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História do DCH-V - Departamento de Ciências Humanas, Campus V - da Universidade do Estado da Bahia.

LIVING MEMORIES: FACE, CORNERS AND CHARMS – POLIVALENTE DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA – BA, from 1972 to 1985

ABSTRACT

This article aims to analyze the motivations and strategies that guide Brazilian educational policy during the years of 1964 to 1985, a period marked by the civil-military regime that, among other means, used education that in principle, is based on the libertarian act for the implementation and consolidation of its project of power. When analyzing the project of Escolas Polivalente and its insertion in the plot of the civil-military dictatorship, establishing the Polivalente of Conceição do Almeida-Ba, as its main cell of its investigation, we question, what represented to the citizens of Conceição do Almeida, especially the members of the referred school, the implementation of this project. Therefore, bibliographical research was sealed, aiming to observe what was already published in the literature about this historical context. And more, we investigate the formation process of the Escola Polivalente of Conceição do Almeida, from the memory and perception experienced by its school community. Consequently, this work is organized in three topics: the first one brings an analyze of the implementations of Escola Polivalente of Conceição do Almeida-Ba, Bahia, in the civil-military dictatorship (1964-1985) context, that aimed to integrate the regular and vocational education; the second presents a brief historical overview of the Brazilian education, from the period before 1964 to the implementation of the Pedagogia Tecnicista; the third, and last, approach the memories of the protagonist agents of the Escola Polivalente of Conceição do Almeida, as a private construction and collective of the ones involved. It is concluded that the educational proposition was a framework of North-American imperialism, that used the USAID/MEC, using education for economic purposes of North-American capitalism in Brazil. It concludes still, that the project Escolas Polivalente shows a different trajectory in comparison to other schools in its pedagogical/curricular proposition, when integrating the regular and vocational education, aligning theory and practice in the training of the students.

Key-Words: Military Regime. Education. Escola Polivalente. Memories.

1 INTRODUÇÃO

Muito mais que vigas, estruturas, pilastras, salas e corredores que a escola apresenta, ela traz entranhada no seu interior sensações positivas e ou negativas, um misto de sentimento, lembranças, oportunidades ou entraves tornando-a um espaço não estático ao despertar em cada sujeito que passou por ela, de forma direta ou indiretamente, uma percepção que não se limita apenas às práticas pedagógicas, mas se agiganta em práticas vivenciadas por cada sujeito, ora tão singular que só tem sentido para a pessoa em particular; ora tão expressiva, que consegue mobilizar uma coletividade, esboçando desta forma sentido para uma investigação histórica.

Diante desse cenário, o presente estudo volta-se para o espaço educacional das escolas Polivalentes, com foco na escola Polivalente de Conceição do Almeida-BA. Este município, situado no recôncavo baiano, limita-se a oeste e nordeste com Castro Alves; ao norte, com Sapeaçu e Cruz das Almas; a nordeste, com Cruz das Almas; a leste, com São Felipe e Dom Macedo Costa; a sudoeste, com Varzedo, ao sul com Santo Antônio de Jesus e Varzedo; e a sudeste, com Dom Macedo Costa.

A pesquisa busca analisar as motivações e estratégias que nortearam a política educacional brasileira no período de 1964 a 1985. Este período, marcado pelo regime civil-militar, revela uma complexa trama de interesses, que transcende a esfera militar e abrange diversos setores da sociedade, todos convergindo para a consolidação de um projeto de poder. Nesta perspectiva, visamos neste trabalho de pesquisa compreender como se estabeleceu a relação do regime civil-militar, que se caracteriza essencialmente pelo autoritarismo, como a educação que em princípio baseia-se no ato libertador. Buscaremos assim, analisar o projeto das Escolas Polivalente e sua inserção na trama da ditadura civil-militar, buscando entender o contexto e os agentes protagonistas de sua criação, estabelecendo o Polivalente de Conceição do Almeida como célula norteadora da nossa investigação.

A pesquisa se orientou com base nas seguintes questões: quais fatos históricos e quais agentes protagonizaram e corroboraram, para que em pleno regime civil militar o projeto de Escolas Polivalente fosse implantado no Brasil, perpassando pelos interesses implícitos na aplicação deste projeto educacional? O que representou para os sujeitos que compõem a cidade de Conceição do Almeida e, em especial, para os agentes que formavam a referida escola a efetiva implementação deste projeto?

O objetivo condutor deste trabalho foi investigar o processo de formação da Escola Polivalente de Conceição do Almeida-Ba, a partir das memórias e percepções experimentadas e vivenciadas por sua comunidade escolar. Metas estas que se desdobraram em: a) compreender o processo de formação das Escolas Polivalente; b) identificar os agentes envolvidos e quais seus interesses na implementação do projeto; c) coletar memórias positivas e/ou negativas que desvendem o nível de aceitação que a comunidade manteve com a então proposta educacional.

Para tanto, realizamos pesquisas bibliográficas buscando observar o que já foi publicado na literatura acerca deste contexto histórico. Visto que, na perspectiva de Lakatos e Marconi (2005), a pesquisa bibliográfica pode ser considerada como o primeiro passo da pesquisa científica. Assim sendo, foi fundamental a leitura, análise e discussão de autores como: ARAÚJO, que analisa a Usaid, o regime militar na implantação das escolas Polivalentes no Brasil; FREIRE e sua reflexão sobre a pedagogia da autonomia e os saberes necessários à prática educativa; LIMA, e seus estudos sobre os colégios Polivalentes na ditadura civil-militar como modelo de educação; CONI, escritor do livro “Conceição do Almeida: minha terra minha gente, que, embora apresentando superficialmente a cidade, ao discorrer sob a perspectiva e concepção da classe dominante, classe à qual pertence, e não expor em suas narrativas a ótica dos menos favorecidos, contudo retrata os aspectos geográficos, sociais, políticos e culturais da cidade e tantos outros, que se fizeram necessários durante o processo de para o embasamento do trabalho aqui apresentado.

A relevância social deste estudo reside na sua proposta de analisar a percepção da comunidade de Conceição do Almeida sobre a implementação da Escola Polivalente em seu território. Busca-se compreender como essa instituição, para além de seus objetivos político-educacionais, influenciou a reconfiguração da sociedade local, especialmente no que tange à mobilidade social das camadas menos favorecidas.

A análise acadêmica reside na compreensão do tempo e do espaço como parte indispensável e indissolúvel para um profundo entendimento da história em seus mais diversos aspectos e como este tempo/espaço se utiliza de diversos mecanismos para reestruturar a sociedade apresentando, desta forma, uma história viva que, respeitada a temporalidade e seu espaço de atuação, se manifesta e conecta em um olhar globalizado e, como um jogo de xadrez, cada escolha de mudança de peças, independentemente de seu poder de fogo, interfere e redefine o jogo por completo.

Já de maneira pessoal, fui motivado a escrever sobre este tema pelo fato de ter sido aluno do Polivalente de Conceição do Almeida, viver neste espaço onde tive acesso a uma educação formal que me habilitou a galgar espaços profissionais, que me garantiram a manutenção pessoal e familiar, além de uma educação política trabalhada por muitos professores que lá atuavam e que, embora atingidos pelo projeto político partidário vigente no período, sempre buscaram formas e estratégias de nos mostrar os perigos do regime militar e como nós precisávamos romper o círculo vicioso que aprisionava a nós e aos nossos. Aprendemos com eles a pensar e ver o outro como iguais e não como meros concorrentes. Por meio da interação com eles, desenvolvemos a capacidade de conceber e encarar o próximo como um igual, e não como um mero competidor.

Este artigo se estrutura em três tópicos: primeiramente será realizada uma análise acerca da implantação das Escolas Polivalentes no Brasil, com foco na Escola Estadual Polivalente de Conceição do Almeida, Bahia, no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), com o objetivo de compreender o projeto pedagógico dessas escolas, que visavam integrar o ensino regular e profissionalizante. Dando continuidade, o texto apresenta um panorama histórico da educação brasileira, desde o período pré-1964 até à implementação da Pedagogia Tecnicista durante a Ditadura Militar. E por fim, abordaremos a memória como uma construção social e individual, destacando sua natureza seletiva e carregada de afetos. Afinal, a memória não é apenas uma representação do passado, mas também um elemento que molda a identidade individual e coletiva, influenciando sentimentos de pertencimento.

No que diz respeito aos relatos das pessoas diretamente envolvidas no contexto da escola Polivalente de Conceição do Almeida, informamos que a razão das entrevistas apresentadas serem de pessoas do sexo feminino não implica em nenhuma especificidade da pesquisa, e sim pelo fato do menor quantitativo de indivíduos do sexo masculino na composição do quadro de funcionários de apoio, administrativo e professores lotados para o Polivalente de Conceição do Almeida no período da sua inauguração. Além disso, muitos deles não residem mais no município, dificultando contatos e/ou sua localização, ou já são falecidos. Esclarecemos também que alguns dos entrevistados pediram para que seus nomes não fossem expostos, assim sendo, omitimos o nome de todos, optando em substituí-los por nomes fictícios, preservando seus dados pessoais.

2 ESCOLAS POLIVALENTE: DO TEÓRICO AO PRÁTICO

A escola Polivalente, segundo Barros (2009), tem um perfil humanista com objetivo de oferecer experiência de iniciação científica e prática para o ingresso imediato em carreiras ou ocupações que exigem os chamados cursos técnicos ou profissionalizantes. Projeto pedagógico que apresenta a referida escola com fundamentos teóricos do ensino regular integrado ao profissionalizante, destacando que esta formação seria a base para posteriores estudos ou para a imediata inserção no mercado de trabalho. Defende ainda, por seu caráter de instituição humanística, superar a oposição existente entre o mundo do trabalho e a cultura intelectual.

A afirmação de Barros leva à reflexão a respeito dos objetivos da educação humanística, se estes objetivos foram de fato colocados em prática no projeto das escolas Polivalente, buscando verificar se realmente este, de algum modo, conseguiu superar o paralelo existente entre o mundo do trabalho e o mundo intelectual, bem como entender se as intenções políticas do regime militar, então vigente, primavam pelo crescimento educacional ou apenas usava aquele projeto educativo como pano de fundo para justificar e promover o crescimento econômico criando na sociedade um abismo entre as classes.

Assim sendo, este trabalho resulta de uma pesquisa que procurou entender o processo de implantação das Escolas Polivalentes, focando, como já sinalizado, em especial a Escola Estadual Polivalente de Conceição do Almeida, na busca de valorizar a memória desta instituição, apresentando o que representou para esta cidade, que em sua essência é um município de base agrária e que, no período que delimita esse estudo, apresentava o trabalho nos armazéns de fumo como forma principal de captação de renda. Pretende-se ainda analisar como a vinda desta instituição transformou a realidade social dos seus munícipes, alargando-se a moradores de outros municípios, como São Felipe, Sapeaçu, Dom Macedo Costa entre outros, que também se beneficiaram da referida instituição, bem como apresentar, através do resgate oral, o que significou para diretores, professores, alunos, funcionários, pais e responsáveis a experiência de ser parte integrante deste espaço educacional.

No que se refere às relações educação/política, buscamos o entendimento de Freire (1996), segundo o qual a educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política. Neste sentido, faz-se necessário ao

estabelecermos 1972 como ano de partida das nossas reflexões, por este ser o nascimento da Escola Polivalente de Conceição do Almeida- Ba, salientarmos que este ano está inserido no período denominado Ditadura Civil-Militar, que se estendeu de 1964 a 1985, quando o ensino ministrado pela educação brasileira passará a ser regido pelo regime e suas Forças Armadas que, à frente do Aparelho do Estado, determinavam a forma e o conteúdo educacional no Brasil. A compreensão de Foucault (1979), de que é preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de “ciências/ideologias”, mas em termos de “verdade/poder”, também nos dão base para problematizar o projeto escolas polivalentes do período em apreço. Assim sendo, somos instigados a tentar compreender quais os princípios educativos que deveriam ser adotados, e a qual o público-alvo se destinavam aquelas ações educativas e, sobretudo, quais os interesses enredados naquele protótipo educacional.

Nesta perspectiva, faz-se necessária uma revisão bibliográfica que possibilite o alargamento do conhecimento já existente sobre o tema, essencial na investigação histórica, visto que as mudanças ocorridas nesse contexto possibilitam um olhar mais aguçado sobre o objeto investigado, bem como ampliar a ideia de que a construção da Escola Polivalente muito mais que uma estrutura de paredes, concreto, ferros, cimentos etc., representa a construção de um legado histórico. Legado este, que em cada milímetro de sua estrutura física, e para além dessa estrutura, traz a vida e contribuição de homens e mulheres que, exercendo as mais diversas funções, são transformados enquanto pessoas e, como um jogo de causas e consequências, passam a ser agentes modificadores e transformadores do espaço social em que vivem.

Entender que a instituição em debate, está sediada na cidade de Conceição do Almeida que, por sua vez, integra o território do Estado da Bahia – parte significativa do Brasil, país latino-americano inserido na parte ocidente do mundo globalizado –, permite a compreensão de que, dentre outras razões, as ações empreendidas tanto no sentido restrito como no sentido mais amplo têm causas e consequências fazendo parte de uma teia de interesses explícitos e implícitos de uma política de governo, alguns dos quais articulados pelo USAID¹. De acordo com Araújo (2009, p. 52), a USAID estava diretamente ligada à esfera da educação brasileira, com vistas a manifestar a:

intenção em legitimar um projeto de transformação modernizadora da educação imposta à nacionalidade brasileira, com a finalidade de direcionar a sua racionalidade pelo modo de produção capitalista. Logicamente, era uma visão de educação a partir do contexto da sociedade brasileira, historicamente dividida em classes.

Neste contexto, ancorado na discussão de temas sobre a história do Brasil e o projeto Escolas Polivalentes, faz-se oportuno contextualizarmos as políticas internacionais no âmbito educacional que ocorreram naquele momento histórico, dentre elas as políticas da USAID, na perspectiva do acordo USAID/MEC, que visavam internalizar no indivíduo a ideia de que a esperança deles deveria se escorar nos méritos pessoais, através do processo de educação pragmática e profissionalizante, necessária ao processo de modernização da produção nacional brasileira.

Assim, a escola como celeiro lapidador do conhecimento vem sendo reestruturada, de forma a garantir os interesses do capitalismo, ao formar mão de obra habilitada, tornando o aluno um indivíduo capaz de preencher as necessidades que o sistema impõe. Reforçando a reprodução do capital vigente, estes acordos políticos eram na prática resultados da política da aliança para o progresso defendida pelo Regime Militar brasileiro.

A USAID e a educação brasileira fundiam-se na tentativa de legitimar o projeto de transformação e modernização que fora imposto à nação brasileira, como forma de adequação às demandas advindas do capitalismo. Desta forma, direcionava a sua racionalidade para uma perspectiva puramente capitalista nutrindo e estimulando a divisão entre as classes.

Na busca de viabilização do projeto, a USAID contratou quatro especialistas internacionais que atuavam como consultores e trabalhavam em conjunto com quatro educadores nacionais, compondo assim a equipe responsável por implantar as ações previstas pelo convênio USAID/MEC. Nascia assim, o EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio), cujo propósito era assessorar e implementar nos Estados as EPEMs locais, subordinadas a EPEM nacional. De início esta consultoria tinha um prazo estipulado de dois anos – 31/03/65 a 30/07/67, mas este foi sendo renovado e vigorou até o ano de 1976, atendendo principalmente aos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco. As ações desenvolvidas pela EPEM alicerçaram-se em vários projetos dentre os quais, para execução da nossa proposta de pesquisa, destaca-se o PREMEM (Programa de

Expansão e Melhoria do Ensino Médio) que foi regulamentado pelo Decreto n. 63.914, de 26 de dezembro de 1968, com o objetivo de “incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio” (Brasil. Decreto n. 63.914, de 1968).

Como grande diferencial, o projeto Escolas Polivalentes apresentava um leque disciplinar que envolvia, além das disciplinas do ensino regular - Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Educação Artística, Língua Inglesa, Língua Francesa, Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSP) -, disciplinas de caráter profissionalizante, tais como Educação para o Lar, Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais e Técnicas Agrícolas.

Neste sentido, a Escola Polivalente se caracterizou por uma trajetória de ensino diferenciada das demais escolas locais, pois, além de apresentar professores especializados e capacitados pelo PREMEM, a rotina da escola se estabelecia por setorização nas áreas técnicas. Cabe ainda destacar que todas as atividades ocorriam em um espaço físico de excelência para época, o que facilitava desenvolver integralmente o ensino regular e profissionalizante.

A partir dos relatos de membros da direção fundadora, ex-professores, ex-alunos e comunidade que testemunharam a implantação da escola na época delimitada por nosso estudo, buscamos historicizar seu processo de criação desvendando algumas intenções que se estabeleceram e justificaram sua criação, em um período em que a mordaza e o alienamento eram instrumentos de uso constante do Estado. Visamos também entender o que representou para os sujeitos que por ela passaram – e que protagonizaram histórias pessoais e coletivas – e quais as contribuições que resinificaram o espaço escolar e a comunidade de Conceição do Almeida.

3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ANTES 1964 E A PEDAGOGIA TECNICISTA

Na tentativa de elucidarmos, de forma mais abrangente, o contexto da educação na época da Ditadura Militar, faz-se necessário uma breve recapitulação dos aspectos educacionais contextualizados no pré-1964. O espírito de nacionalismo e patriotismo verificado no Brasil, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na opinião de Ghiraldelli (2000), favoreceu uma visão mais aguçada sobre os problemas

da educação no Brasil. Não podemos nos esquecer que neste período a Inglaterra diminuiu consideravelmente sua influência no cenário mundial, cedendo espaço para a economia dos Estados Unidos, país este que, como nos esclarece Campos (2005), passa a ter um forte relacionamento político, cultural, econômico e financeiro, com o Brasil, o que impulsionou a elite brasileira em muito imitar o comportamento e a vida do cidadão norte-americano.

Neste contexto de Primeira República, Ghiraldelli aponta que as classes dominantes criaram dois movimentos educacionais. De um lado, o movimento dos “Entusiastas pela Educação”, mais dedicado e preocupado com a educação popular e que, com o passar do tempo, através do desenvolvimento da mentalidade no que diz respeito aos aspectos político e social, abre espaço para o movimento do “Otimismo Pedagógico” que intensificava ações nas melhorias das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar (Ghiraldelli, 2000, p.81).

Na década de 1930, o período vivenciado pelo país apresentou grandes reformulações políticas. Nesta trama, destaca-se o documento, conhecido pelo título de “Manifesto”, que visava a defesa de uma “nova educação” voltada e adaptada a um grupo urbano industrial. Este fato ainda, na visão do autor, causou dissabor aos conservadores ligados ao campo (Ghiraldelli, 2000, p.81).

Em 1937, é instituído o Estado Novo, época em que o (MESP) Ministério da Educação e Saúde Pública se caracterizou como o organismo central da educação baseado no forte controle e fiscalização do ensino.

O caráter do governo – centralizador monolítico, possibilitou a confecção das leis Orgânicas do Ensino que, em última instância, consagram o período da Carta de 1937 ao oficializar o dualismo educacional. E o que era dualismo educacional? Era, nas letras da reforma Capanema a organização de um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado às “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para as classes populares (Ghiraldelli, 2000, p.84).

Verificamos que no período ditatorial, conhecido por Estado Novo, a educação se tornou um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado, que se valeu de diretrizes sociais políticas e econômicas para a manutenção do discurso político ideológico.

Já no ano de 1942, deu-se a implantação em larga escala do ensino profissional, mas como o governo não possuía a infraestrutura fundamental para estabelecer as demandas do ensino técnico-profissionalizante, fez-se necessária a

implementação de um ensino paralelo em convênio com a indústria, criando-se assim o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, passando a ser conhecido mais tarde como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Com o fim do Estado Novo, no ano de 1946, foi proferida a 4ª Constituição Republicana, que constitui três poderes independentes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e os ministros eram escolhidos pelo Presidente da República (RIBEIRO, 2000). Neste momento histórico do nosso país, a participação da sociedade civil – via os movimentos populares aliados –, a reestruturação de partidos políticos e a criação de novos partidos acirraram ainda mais o clima de disputas ideológicas. Neste clima, o então Ministro da Educação, o baiano Clemente Mariani, criou uma comissão de educadores que tinha por meta estruturar um projeto de reforma da educação no Brasil, empreitada esta que ganhou mais força com a ação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Nesta ocasião, intensificaram-se as polêmicas em torno das ideias dos defensores e opositores da escola privada e da escola pública (Veiga, 1989).

Seguindo esta cronologia, a década de 1950, influenciada pelos ideais socialistas, inspirou progressistas e intelectuais os quais passaram a atuar como partido de esquerda comprometido com a problemática do ensino público.

A conjuntura brasileira revelava um fortalecimento do nacionalismo e das classes trabalhadoras industriais que haviam surgido como outra grande força no país a partir da década de cinquenta; de outro lado, constata-se um nível crescente de organização e consciência social por parte do povo na reivindicação de seus direitos. Isso tornava o clima no país, cada vez mais preocupante e 'perigoso' para grandes homens do capital monopolista transnacional, que viam a necessidade de uma expressão política para enfrentar o quadro de 'desorganização' que atravessava a nação (Rosa, 2006, p.34).

O ideal vivenciado pelo Brasil nos anos cinquenta apontava para o debate entre capitalistas e socialistas, dualismo este ornado por transformações comportamentais em níveis sociais, econômicos e culturais que, se de um lado ampliava o abismo entre população urbana e a população rural que não dispunha de tecnologia, por outro caminhava para o processo de industrialização brasileira onde líderes populistas e movimentos sindicais representavam a massa trabalhadora do país. Neste contexto, a educação não se apresentava como trampolim social, visto que o clima de estagnação econômica no cenário agroexportador em que o país vivia não oportunizava a mobilidade social através da educação.

A contribuição de Paulo Freire entre as décadas de 1950 e 1960 serviu de alicerce para a Pedagogia Libertadora a qual afirmava que o homem não deveria ser concebido como “objeto” e sim como “sujeito da história”, vinculando a educação à luta e organização da classe do oprimido que precisava ter consciência da realidade por ele vivida. Sobre este contexto, Aranha (1996) afirma que Freire parte do princípio de que vivemos em uma sociedade classista onde uns, “os privilegiados”, usufruem dos bens produzidos; enquanto os outros, “a massa”, em discrepância, produzem e pouco usufruem, acrescentando que a Pedagogia Libertadora buscava uma educação comprometida com os problemas da sociedade na defesa dos sem “vez” e dos sem “voz”.

Na década de 1970, o sistema educacional brasileiro adotou o modelo pedagógico tecnicista, concebido para atender às demandas do capitalismo industrial. Esse modelo visava a formação de indivíduos proficientes e habilitados a suprir as necessidades do mercado de trabalho. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, consolidou essa abordagem, estendendo-a a todas as instituições de ensino do país, incluindo a Escola Polivalente de Conceição do Almeida, Bahia.

Segundo Cunha e Góes (1985), diversas escolas foram transformadas em “centros interescolares”, dotadas de maquinário e equipamentos técnicos destinados ao ensino profissionalizante. Nesse contexto, as Escolas Polivalentes foram idealizadas como modelos arquitetônicos e pedagógicos, com ênfase na formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Assim, compete à educação escolar organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem à máquina do sistema social global (Luckezi, 1994). Neste protótipo, o professor se apresenta apenas como um elo de ligação entre a verdade científica e o aluno, cabendo a ele então realizar a transmissão da matéria, e ao aluno – como indivíduo reativo – cabe simplesmente receber, aprender e fixar as informações.

Implementada em pleno regime militar, o objetivo desta pedagogia visava preparar pessoas que respondessem positivamente à demanda capitalista, o que de imediato encantou os militares brasileiros os quais encarregaram ao MEC (Ministério da educação e Cultura), juntamente com USAID (United States Agency for International Development), firmar um acordo com o intuito de realizar uma reforma educacional no Brasil. Desta maneira, segundo Jacobucci (2002, p. 40), o

Brasil passava a se beneficiar financeira e tecnicamente deste convênio, o autor ainda nos esclarece que os especialistas envolvidos neste acordo eram categóricos em afirmar que a formação técnico profissionalizante seria o ideal para a educação brasileira, pois em muito se assemelhava ao que já era experienciado na formação dos estudantes norte-americanos, reforçando desta forma o que parecia um consenso: a ideia de que tudo que era e é bom para os Estados Unidos, era e é bom para o mundo.

Mediante o breve exposto sobre os aspectos educacionais do Brasil pré-1964, adentrando pela Pedagogia Tecniciста refletiremos a partir de então sobre como esta pedagogia se aplicou ao projeto Escolas Polivalentes, em especial na Escola Polivalente de Conceição do Almeida, buscando estabelecer uma relação entre os objetivos da implantação da escola, a formação, atuação e percepção dos trabalhos ali desenvolvidos pelos docentes e como se estabelecia o modelo de aprendizagem disponibilizado aos alunos.

4 POLIVALENTE DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA: ECOS DE MÉMÓRIAS E AFETOS

No conceito de Rousso (1996, p.94), a memória é entendida como a presença do passado, e ainda uma representação seletiva de um passado que não representa somente o indivíduo, mas que o representa inserido num contexto familiar e social. Com base nas observações realizadas, infere-se que a memória se constitui como um repositório de afetos, os quais, quando externalizados, desempenham um papel crucial na construção da identidade, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva. Esses afetos, ao se manifestarem, evidenciam referências significativas que fomentam a perenidade da memória, reacendendo o sentimento de pertencimento à coletividade na qual o indivíduo está inserido.

E mais, segundo Pollack (1992, p. 204), precisamos levar em consideração que a memória é uma disputa e por isso devemos analisar também os conflitos, a competição entre memórias concorrentes. Ou seja, uma mesma memória pode despertar sentimentos conflitantes, ao passo que, por exemplo, dependendo da posição social estas podem motivar diferentes sentimentos. Essa tem sido uma preocupação dos historiadores do tempo presente, que, trabalhando na construção de memórias contemporâneas, buscam identificar, além do mero discurso histórico,

as formas múltiplas e possivelmente conflitantes de rememoração e utilização do passado (Chartier, 1996, p. 216).

As fontes orais não necessariamente precisam ser utilizadas apenas quando não encontramos outras possibilidades que nos permitam documentalmente observarmos e aproximarmos dos fatos. Ela pode sim, e frequentemente historiadores a utilizam como forma complementar na tentativa de elucidar um determinado acontecimento, se utilizando de relatos orais para descortinar algum aspecto do fato, que as demais fontes se mostraram insuficientes na obtenção de uma conclusão aceitável. Sobre essa complexa metodologia é interessante ouvir o que diz Augras.

A pessoa que entrevistamos é ao mesmo tempo produto e produtora de toda uma rede em torno dela, e mesmo que o nosso objetivo de pesquisa seja apenas investigar um aspecto, toda essa rede de tensões e representações da realidade está presente, e vai atuar na dinâmica da entrevista. Além disso, cada um de nós vive constantemente negociando a autoimagem, com os outros e em função dos outros, em função daquilo que estão esperando, que estão pressionando. A entrevista não ocorre fora, mas dentro dessa situação. Toma lugar entre os processos de negociação e renegociação da própria imagem. Oferece uma oportunidade para dar forma à memória pessoal. O entrevistado acreditava que pensava determinada coisa e, de repente, vai se descobrir dizendo algo novo, e isso obviamente vai modificar a maneira como ele se vê e até mesmo o seu comportamento (Augras, 1997, p. 30).

Desta forma, quer seja de maneira consciente ou não, a memória tem uma relação direta com a identidade do indivíduo e suas relações sociais, trazendo em pauta a visão do fato a partir de sua ótica levando em consideração o lugar ocupado por ele no interior do grupo e sua relação com os outros sujeitos ali inseridos.

Este trabalho visa analisar a memória social do período da Ditadura Militar (1964-1985) a partir dos relatos de indivíduos que vivenciaram a inauguração da Escola Polivalente de Conceição do Almeida, Bahia, em 1972. Para tanto, serão exploradas as seguintes dimensões: o contexto de criação da instituição escolar; as narrativas de professores e funcionários sobre o processo de admissão; os impactos da implantação da escola na comunidade local; os eventos e memórias que marcaram esse período na cidade, conhecida como "Sultana das Flores". A análise desses depoimentos compreendidos entre o período de 1972 a 1985, complementada por fotografias e documentos da época, permitirá compreender como a ditadura militar reverberou na esfera educacional e na vida cotidiana dos habitantes de Conceição do Almeida.

4.1 Ecos de Memória

A inserção de uma instituição de ensino em um contexto comunitário estabelece laços multifacetados, que transcendem o âmbito educacional e podem culminar em uma conexão afetiva. No caso específico do Colégio Polivalente de Conceição do Almeida, sua instalação no município foi motivada por dinâmicas políticas, em virtude da estreita relação existente entre o poder político local e o estadual. Contrariando os planos iniciais das autarquias de maior envergadura, que não previam a construção de uma escola dessa magnitude na região de Conceição do Almeida, a influência política exerceu um papel determinante na concretização do projeto, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1: Escolas Polivalentes de acordo com as sedes das Regiões Educacionais do Estado da Bahia e por decreto de criação.

REGIÃO	MUNICÍPIO /SEDE	EPs		Decreto N°	Data	D.O
ESPECIAL	SALVADOR	1	Escola Polivalente de San Diego	22.807	20/03/1972	21/03/1972
		2	Escola Polivalente da Amaralina	23.373	27/02/1973	13/09/1972
		3	Escola Polivalente do Cabula	24.174	05/03/1974	(2)
1°	Simões Filho	4	Escola Polivalente de Candeias	24.174	05/03/1974	(2)
		5	Escola Polivalente de São Francisco do Conde			(2)
2°	Alagoinhas	6	Escola Polivalente de Alagoinhas	24.174	05/03/1974	(2)
3°	Paulo Afonso	7	Escola Polivalente de Paulo Afonso	24.174	05/03/1974	(2)
4°	Juazeiro	8	Escola Polivalente de Juazeiro	24.174	05/03/1974	(2)
5°	Barreiras	9	Escola Polivalente de Barreiras	24.174	05/03/1974	(2)
6°	Carinhanha					(2)
7°	Brumado	10	Escola Polivalente de Livramento N. Senhora		(02)	
8°	Vitória da Conquista	11	Escola Polivalente de Vitória da Conquista	(02)	05/03/1972	(2)
9°	Itapetinga	12	Escola Polivalente de Itapetinga	(02)		(2)
		13	Escola Polivalente de Itambé	22.869	27/04/1972	28/04/1972
10°	Medeiros Neto	14	Escola Polivalente de Itamaraju	23.072	30/03/1972	13/09/1972
		15	Escola polivalente de Itanhém	23072-0	30/03/1972	(2)

		16	Escola Polivalente de Caravelas	23072-B	30/03/1972	13/09/1972
--	--	----	---------------------------------	---------	------------	------------

REGIÃO	MUNICÍPIO /SEDE	EPs		Decreto Nº	Data	D.O
11º	Itabuna - Ilhéus	17	Escola Polivalente de Belmonte	23.072	30/03/1972	28/04/1972
						(2)
12º	Gandu	18	Escola Polivalente de Camacã	23.072	30/03/1972	13/09/1972
		19	Escola Polivalente de Itajuípe	22.868	27/04/1972	13/09/1972
		20 21	Escola Polivalente de Ubaitaba Escola Polivalente de Gandu	23.072 23.072	30/08/1972 30/08/1972	13/09/1972 13/09/1972
13º	Cruz das Almas	22	Escola Polivalente de Castro Alves	22.808	20/03/1972	13/04/1972
		23	Escola Polivalente de Maragogipe	22.830	08/04/1972	05/05/1972
		24	Escola Polivalente de Muritiba	22.303	20/03/1972	13/04/1972
		25	Escola Polivalente de Santo Amaro	24.174	05/08/1974	(2)
14º	Feira de Santana	26	Escola Polivalente de Santo Estevão	23.072	30/08/1972	13/07/1972
		27	Escola Polivalente de São Gonçalo dos Campos	23.072	30/08/1972	13/09/1972
		28	Escola Polivalente de São Sebastião do Passé	22.672	24/11/1971	25/11/1971
		29	Escola Polivalente de Feira de Santana	24.174	05/08/1974	(2)
		30	Escola Polivalente de Conceição do Coité	22.740	19/01/1972	20/01/1972
15º	Jacobina	31	Escola Polivalente de Campo Formoso	24.174	05/05/1974	(2)
		32	Escola Polivalente de Mundo Novo	23.072	30/08/1972	13/09/1972
		33	Escola Polivalente de Miguel Calmon	23.072	30/08/1972	13/09/1972
16º	Irecê	34	Escola Polivalente de Irecê	22.645	12/11/1971	17/11/1971
		35	Escola Polivalente de Xique-Xique	22.594	25/10/1971	26/11/1971
17º	Seabra				(2)	
18º	Jequié	36	Escola Polivalente de Jequié			(2)
19º	Itaberaba	37	Escola Polivalente de Ipirá	22.716	14/12/1971	12/01/1972
		38	Escola Polivalente de Ruy Barbosa			(2)

1. Foram encontrados registros parciais sobre as escolas Polivalentes de Camaçari e Conceição de Almeida o que perfaz um total de 40 escolas

2. Não foi possível localizar a informação

Fonte: Santos, 2010, p. 163.

Considerando a ausência de registros abrangentes acerca das Escolas Polivalentes de Conceição de Almeida, conforme evidenciado pela incompletude das informações identificadas no quadro acima, a entrevistada traz um importante relato.

O prefeito da época, meu amigo pessoal mas não político, me disse dias antes da vinda do Polivalente, que havia pedido ao governador Antonio Carlos Magalhaes (seu amigo pessoal e seu líder político) que mandasse uma escola para o Almeida, que o povo almeidense em especial os filhos dos pobres e dos trabalhadores dos armazéns de fumo, mereciam estudar... segundo ele o governador se mostrou solícito ao pedido e disse que faria o possível para conseguir uma escola Polivalente para nossa terra e acrescentou que o governador com um sorriso no rosto disse que colocaria o Almeida para participar de um sorteio que determinaria o local de implantação de mais duas escolas Polivalente na Bahia e ressaltou: _ Quem sabe o povo almeidense não tem pé quente para sorteios. Não levou muito tempo e tomei conhecimento que nossa cidade também teria um Polivalente. A amizade do prefeito com Antônio Carlos Magalhães, era tão forte que decidia até sorteios. Risos (Helena, 79 anos, professora fundadora e ex-diretora).

Mediante o exposto, observamos que o regime militar na Bahia não conseguiu por completo romper a lógica oligárquica da política baiana e que o governador Antônio Carlos Magalhães, durante o período militar, manteve viva sobre a sua liderança uma lógica regional de fazer política contemplando amigos e correligionários de forma que estes se fizessem fortes e, conseqüentemente, fortalecessem o seu líder político.

Decreto de Criação da Escola Polivalente de C. do Almeida

D.O. de 13-09-72

Decreto n. 33.872-C, de 31 de agosto de 1972

— Cria Escola Polivalente de 1o. grau sob a denominação Escola Polivalente de Conceição do Almeida.

O Governador do Estado da Bahia, em uso de suas atribuições e

considerando a necessidade de implantar nas regiões mais rurais do Estado uma infraestrutura que atenda ao desenvolvimento

Considerando ser a educação o investimento prioritário e de maior rentabilidade a longo prazo considerando ser o ensino polivalente o que conduz mais rapidamente a juventude bairana a atingir os seus objetivos, integrando cultura geral e educação técnica e, considerando ainda os resultados do convênio — MEC — Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e Governo do Estado da Bahia.

DECRETA

Artigo 1º. — Fica criada na cidade de Conceição do Almeida uma Escola Polivalente de 1o. grau denominada Escola Polivalente de Conceição do Almeida.

Artigo 2º. — A Secretaria de Educação e Cultura caberá as providências necessárias ao funcionamento da Escola ora criada.

Artigo 3º. — Revogam-se as disposições em contrário.

Conceição do Almeida 30 de agosto de 1972

(Ass.) — Antonio Carlos Magalhães

Romão Galvão

O projeto das Escolas Polivalente vislumbrava a criação de uma escola diferente das tradicionais, que impactasse não apenas na formação do capital humano, mas que se destacasse também pela robustez de sua construção, tamanho da área construída e da área livre e uma arquitetura que, no caso dos habitantes da pequena cidade de Conceição do Almeida, nunca se tinha visto algo de tamanha magnitude. Os terrenos para a construção desta obra deveriam ser doados pela comunidade, prefeituras e/ou outros, e deveria responder às exigências que o projeto apresentava. As fotos abaixo representam o período de construção do Polivalente do Almeida.



Fonte: Arquivos do Polivalente

Eu cheguei aqui em 1972, estava jovem. Mulher, negra, pobre. Vim sozinha com meu marido, mas eu vinha com um propósito de educar com amor e compromisso porque educação sem compromisso e sem amor é mera transmissão de conteúdo e nós estávamos preocupado com isso. Tivemos aqui uma equipe que nos ajudou e como diz nós éramos unidos com os nossos pensamentos com os nossos propósitos, mas a nossa missão maior era fazer uma educação transformadora, e caminhamos por este caminho. Eu digo a vocês que em 1972, no auge da ditadura militar, não era fácil sem nenhum respaldo na cidade a não ser o respaldo dos meus alunos e pais de alunos que acreditaram no trabalho da gente, dos professores que disseram assim nós temos que nos unir, porque nós chegamos como estrangeiros. (...) Agente via o preconceito na cidade em todos os níveis, preconceito racial, preconceito econômico, todo tipo de preconceito e a primeira decepção que eu tive quando cheguei aqui, foi quando me convidaram (porque naquela época eu era considerada autoridade). Então eu fui convidada para ir a um determinado clube aqui em Conceição do Almeida e quando eu entrei no clube, uma menina negra não pode entrar e aí eu disse: - Eu também não entro. Comecei a trabalhar com meus alunos, eu Rute que está aqui presente e muitos outros, que tinha uma mentalidade aberta e queria transformar e contamos com os alunos. A princípio como em toda mudança há assim um certo receio, mas os pais começaram a entender e ler nossos pensamentos, fazer leitura do que a gente queria e aí nós começamos a organizar. (Raimunda, 82 anos, ex-diretora).

Na entrevista da professora, Raimunda que foi designada para ocupar o cargo de vice-diretora na em 1972 por ocasião da fundação da escola Polivalente em Conceição do Almeida, e com o falecimento precoce, do primeiro diretor da escola aos 32 anos, professor Vitor Hermenegildo dos Santos, em dezembro de 1976, ela passa a ocupar a função de diretora. Nas palavras da entrevistada ela deixa claro que não foi fácil auxiliar no administrativo da escola por ser mulher, negra e pobre e o que a encorajou foi ser consciente de sua condição como membro de uma sociedade machista, preconceituosa e excludente, na qual ela precisava ter propósitos claros, como educar com amor e compromisso, pois não queria ser apenas mera transmissora de conteúdo. Ela, admiradora do educador Paulo Freire, sabia do papel transformador da educação e sabia o quanto seria difícil lutar contra as forças políticas e opressoras que lideravam o cenário político nas esferas municipal, estadual e federal, o qual via a educação e seu processo transformador como uma pedra no caminho que atrapalharia o processo preconceituoso de escravização que as elites propunham.

No tocante à inserção dos entrevistados no quadro de funcionários da Escola Polivalente de Conceição do Almeida com ênfase na atuação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), registramos as seguintes observações:

PREMEM era tipo um vestibular, um vestibular difícil, mas que, quem passasse receberia uma bolsa de estudo e ficava estudando por dois anos. Eu passei. Quando saí de lá, já estava empregada, e fui enviada para Conceição do Almeida. Foram tempos difíceis (...) o medo do diferente, do novo e como se não bastasse este medo ainda tinha o fato de estarmos vivendo em plena ditadura militar, onde éramos vigiados ou levados a crer que éramos vigiados, já que o que rolava nos grupos era que haviam colegas infiltrados que estavam ali não para estudar mais para saber e denunciar qualquer ato de subversão. (Carla, 83anos, professora fundadora)

Era fazer um vestibular do Premem - órgão que preparava os professores, tinha a seleção, prova, concurso e a pessoa escolhia a disciplina ou a função à qual queria concorrer, se eu não me engano quem passava se preparava em aula de tempo integral no período de dois ou três anos uma coisa dessa, depois deste tempo de preparação, caso aprovado, você escolhia qual era a cidade que você queria ir, era a pessoa que escolhia para o lugar que queria ir. Eu não comecei como professora, eu comecei como secretária, que também passava pelo mesmo processo. Teve concurso aí eu me preparei fiz o curso de secretariado tudo pelo Premem, responsável por preparar desde o professor até o corpo administrativo, que também passava por um processo seletivo e era preparado por eles. Depois de um certo tempo acabou e aí os professores já entravam através de concurso estadual, já não tinha mais esse período de preparação, aquele preparo que a gente passava por estágio e tudo aquilo acabou. (Graça, 75 anos, secretaria fundadora, iniciou suas atividades no Polivalente de Castro Alves, sendo transferida para o Polivalente de Conceição do Almeida em 1974.)

O que nos é apresentado no primeiro e segundo depoimento aponta-nos para a importância do Premem, na formação do quadro de professores, gestores e funcionários administrativos da escola, esclarecendo que para os mesmos ingressarem no projeto das escolas Polivalente foi necessário passar por um processo seletivo que permitia, caso aprovado, participar de um seleto grupo que deveria e foi preparado para assumir na cidade o projeto político educacional brasileiro que segundo o acordo MEC-USAID, pretendia restaurar a educação no Brasil, nos moldes da teoria do capital humano a qual, visava prepara o sujeito para uma profissão, por meio de instrução sistemática, baseado em exercitar, disciplinar ou mesmo formar habilidades (Schultz, 1973, p.18) tornando a educação um setor da economia que quando necessário liberaria recursos humanos para preencher a necessidade do mercado. Já os outros funcionários que, embora sendo de suma importância para o bom funcionamento da escola, não necessitavam de habilidades específicas, eram escolhidos e mantidos pelo governo municipal, onde a escolha desta mão de obra quase sempre acontecia da seguinte maneira:

Quem me chamou foi o Doutor, ele era prefeito da época. Homem bom. Lembro como hoje. Um dia eu tava em casa e meu pai chegou dizendo que o doutor queria falar comigo, fui correndo. Quando cheguei lá, não precisei nem bater entrei pela garagem. Ele me considerava como da casa. Ele estava

sentado na mesa da varanda, mandou que eu sentasse e me disse que pensou em meu nome para trabalhar na nova escola Polivalente, que eu iria fazer a limpeza de lá. Fiquei tão contente. Mas também eu merecia, não perdia um comício e só votava nele ou em quem ele apoiava. (Selma, 82 anos, auxiliar de limpeza).

Temos assim, uma nova faceta de como se deu a admissão dos funcionários que cuidavam da limpeza, portaria da escola Polivalente e demais dependências da unidade escolar, os quais não necessitavam participar de nenhum processo seletivo nem muito menos passavam por uma preparação conduzida pelo PREMEM ou órgão semelhante. A vinculação dos funcionários de manutenção da escola dava-se pelo querer e escolha do líder político do município, o qual tinha o poder de indicar pessoas segundo seus interesses, assim o que motivava a nomeação destes trabalhadores era o favor político, uma forma de compra e venda de votos tão comum em cidades interioranas onde a prática era recorrente, por meio da qual o cidadão eleitor recebe do candidato propina ou outro tipo de benefício garantindo o voto e a fidelidade.

As contribuições das entrevistadas a seguir nos apontam para o clima de medo instaurado no Brasil pelo regime civil militar e de certa forma reforça o fato de que, não só os militares mais também os civis simpatizantes dos ideais golpistas se utilizavam do medo como arma poderosa de manutenção do regime.

Tempos difíceis, sair do interior, para morar na capital, o medo do diferente, do novo. E, como se não bastasse este medo, ainda tinha o fato de estarmos vivendo em plena ditadura militar, onde éramos vigiados ou levados a crer que éramos vigiados, já que o que rolava nos grupos era que haviam colegas infiltrados que estavam ali não para estudar mas para saber e denunciar qualquer ato de subversão. Teve uma vez mesmo que um aluno de uma outra turma deixou de comparecer às aulas, professores, diretores, inspetores ninguém mais falava dele, era como se ele nunca tivesse existido, e esse fato nos deixou em polvorosa. Na sala de aula não mais questionávamos simplesmente ouvíamos os professores e aprendíamos o que eles ensinavam, havia o medo de andar só e o medo de andarmos acompanhados e entre nós estar o delator. (Carla, 83 anos, professora fundadora).

No período de formação do Premem eu não me lembro de ter nenhuma vigilância, nós éramos mesmo cobrados para estudar, tinha que ser dedicação total, afinal de contas, éramos pagos e bem pagos para isso, estudar, mas na Universidade Federal sim. Depois do período de preparação do Premem eu fiz a faculdade para obter a formação plena, já que com o Premem nos dá só a formação curta. Ai sim, quando eu entrei no Instituto de Letras na Universidade Federal da Bahia, uma colega minha, que tinha sido colega no Colégio Santa Bernadete em Amargosa, chegou para mim e disse: amiga, o rapaz, o cara da cantina seu Vavá ele é um militar aposentado que está ali vendendo aquelas empanadas, aqueles pasteis, aquele cafezinho e aquelas coxinhas, mas a função dele é outra, a função dele era, era... ele conversava com todo mundo, todo mundo gostava dele, era uma figura simpática, mas ele, é o X9, que ele entrega os estudantes. E estudante era muito visado porque, né? Nas greves a gente fazia aquele movimento todo.

Um dia até ele veio com uma conversa comigo, como eu já tinha sido avisada eu cortei, disse não, não sei não, eu estou aqui para estudar, eu moro no interior venho aqui somente para assistir aulas e volto para trabalhar lá, minha vida é uma vida cansada e eu não tenho papo com ninguém não, mas isso aí, já foi na faculdade. Eu fiz vestibular em 77, e estudei até 1982 na Universidade Federal da Bahia, aí sim era uma perseguição terrível, ah! Como era ruim! (Helena, 79 anos, professora fundadora e ex-diretora).

O temor estabelecido pelo período do regime militar, que muitas vezes não era percebido nas pequenas cidades interioranas, não poupou a formação dos professores no projeto das escolas Polivalentes na Bahia. A narrativa dos entrevistados aponta que, quer seja na formação do PREMEX, em que o professor adquiria uma licenciatura curta, quer seja pós PREMEX, na tentativa de ampliar os conhecimentos tornando a licenciatura plena, o regime militar criou entre os estudantes universitários um clima de medo e insegurança. O fato de não se conhecer os olheiros, não ter certeza de como ele se apresentava, tornava todos os sujeitos um perigo em potencial, minando o clima de confiança entre os pares.

A escola Polivalente de Conceição do Almeida foi fundada no dia 31 de agosto de 1972, data de publicação, no Diário Oficial da União, da portaria de fundação da escola, embora professores e alguns funcionários, já contratados, e antes mesmo da inauguração propriamente dita, já estivessem trabalhando para receber, conferir e instalar todo o maquinário destinado às áreas técnicas, bem como o mobiliário de toda a escola. O Polivalente de Conceição do Almeida fez parte da segunda etapa do programa revolucionário criado a nível nacional que contemplou também algumas cidades baianas como: Castro Alves, Muritiba, Salvador e outras. Este programa chamou atenção por sua proposta inovadora, que aliava estudos acadêmicos e estudos de áreas práticas.

Em Técnicas Industriais, por exemplo, tínhamos espaço para tipografia, para eletricidade, hidráulica todos estes espaços com maquinário que permitia aos professores, devidamente treinados no curso do Premex, apresentar para as estudantes noções que seriam usadas por eles no seu cotidiano e os despertariam para o mundo do trabalho, lá havia também um forno de cerâmica, forno este que nunca fora usado, pois não possuíamos na cidade vocação para esta habilidade.

Havia sim uma preocupação de que tudo na nova escola e, conseqüentemente, na implementação do projeto empreendido pelos militares, ocorresse na maior tranquilidade possível, o envio da equipe gestora, da equipe de docência e funcionários antes mesmo da inauguração, transparecia um querer generalizado, de

todos de “braços arregaçados e abertos” se organizando e se preparando para receber a vinda dos alunos, para que assim essas equipes pudessem pôr em prática tudo que haviam aprendido nos cursos do Premem nas esferas teóricas, práticas e administrativas, todas voltadas de uma certa forma a estimular e captar os potenciais que cada aluno apresentava de forma a estimulá-los a ampliar seus conhecimentos e vocação, promovendo e proporcionando desta maneira a inserção do jovem estudante no mercado de trabalho. Ação esta que beneficiava e agradava à comunidade escolar como um todo.

Fui aluna fundadora da escola Polivalente na primeira turma do 7º ano, em julho de 1972. Eu e muitos iguais a mim contávamos os dias, horas e minutos para podermos estudar na nova escola, isso por ser doloroso ver minha mãe trabalhar no armazém de fumo, fonte de renda da grande maioria dos almeidenses na época, e a noite nos horários vagos destalar trouxas de fumo e ou trabalhar na máquina costurando para fora para aumentar a renda e nos finais de semana trabalhar em roças a meia, limpando e preparando o terreno para o plantio na esperança que não faltasse o difícil pão de cada dia na nossa mesa. Sim era muito trabalho, sem contar as inúmeras idas às fontes para abastecer a casa com água para lavar e fazer comida, e ainda catar lenha para cozinhar.

Vi o quanto a minha e muitas mães trabalhavam... e por isso doía muito quando no final do mês mesmo com tanto trabalho, não sobrava dinheiro para pagar a escola e passávamos pelo constrangimento de sermos convidados a deixar a sala e não fazer as provas avaliativas, caso tivéssemos alguma mensalidade em atraso.

O Polivalente foi uma luz brilhando no escuro, a renovação de nossas esperanças, não pensamos duas vezes em sair da escola Imaculada Conceição e nos matricularmos, mesmo começando as atividades no meio do ano (Candida, 70 anos aluna fundadora e professora da escola em 1980 aprovada por concurso público estadual, não tendo nesta época formação do Premem).

A fala da ex-aluna exterioriza como era difícil para as camadas mais pobres da sociedade estudar. Embora não vivendo na escravidão, as marcas deste período deixaram cicatrizes tão profundas na sociedade brasileira que nem direitos básicos como a educação nos era garantido. Não poder estudar ou fazer as atividades avaliativas e ser convidado a retirar-se da sala representa o comportamento de uma sociedade que nos desqualifica simplesmente pela posição social que ocupamos e pela cor de nossa pele, caracterizando desta forma um racismo estrutural que, segundo Silvio Almeida(2018), é um fenômeno histórico e político enraizado na sociedade, manifestando-se por meio de práticas conscientes ou inconscientes e que gera em cada indivíduo alvo, independente de sua ação, reações adversas que podem motivá-las ou retrai-las.

Sou aluno fundador da escola Polivalente. Não queria sair da escola Imaculada Conceição, minha antiga escola, mas era preciso, meus pais não tinham condições de pagar o estudo de todos os filhos (éramos em oito). Mas no meu primeiro dia de aula no Poli foi algo mágico, amor à primeira vista, fiquei encantado com aquela escola grande, arejada, aquelas pilastras de concreto que parecia nem ter sido pintadas, aqueles tijolinhos a vista, aquelas vidraças que tomavam um lado todo das salas, era tão bonito, parece que tudo era nosso, e nos sentíamos em casa.

E o anfiteatro! Aquele quadrado cheio de degraus, sentávamos ali e, com ou sem orientação dos professores, conversávamos, trocávamos ideias colocávamos os nossos pensamentos ouvíamos o pensamento do outro, nos respeitávamos. A estrutura da escola e suas divisões eram maravilhosas, nos sentíamos especiais naquele espaço, com salas amplas, cantina, biblioteca, banheiros, muitos banheiros. E o professor Vitor era danado mesmo, embora a escola fosse grande, ele sabia de tudo que acontecia e quando estávamos discutindo naquelas brigas de adolescentes ou no bem bom das brincadeiras ele chegava do nada e sempre tinha uma lição de moral para nos ensinar. (Fabrício, 2025)

O ex-aluno Fabrício, hoje com 68 anos, formado em contabilidade e funcionário efetivo do quadro do município da cidade de Conceição do Almeida, ao falar de sua experiência na escola, destaca de forma bem simples a arquitetura do Polivalente, exemplificando que o sr. Vitor Hermenegildo, primeiro diretor da escola sabia de tudo que por lá acontecia. Suas memórias remetem às ponderações de Foucault (2014), quando resgata uma arquitetura escolar que estimula a expressão de micro poderes, pois, assim como são observados os alunos, os professores e os demais técnicos pela direção, da mesma forma todos se observam e estas observações vão sendo internalizadas, de modo que cada um passa a se autodisciplinar.

No Poli, como carinhosamente chamávamos a escola Polivalente, vivi momentos inesquecíveis, tudo ali, cada canto cada parede, cada coisa, cada espaço nos remete a um tempo ímpar de nossas vidas que só em lembrarmos somos revigorados. Como foi bom estudar no Poli, além de espaço e estrutura dignas, tínhamos professores que nos motivavam e nos inspiravam: quem de nós, estudantes negras que lá estudávamos naquela época, não queríamos ser como a professora Altamira, mulher negra, forte, competente e não baixava a cabeça.

Quando lembro do Poli, lembro das feiras do conhecimento, das festas de São João, das missas comemorativas e de Páscoa, dos desfiles, das aulas práticas, dos momentos, das lembranças (Nilzete, 66 anos dona de casa).

Desta forma, quer seja de maneira consciente ou não, a memória tem uma relação direta com a identidade do indivíduo e suas relações sociais, trazendo em pauta a visão do fato a partir de sua ótica, levando em consideração o lugar ocupado por ele no interior do grupo e sua relação com os outros sujeitos ali inseridos.

A Escola Polivalente desempenhou um papel social de grande relevância no município de Conceição do Almeida. Sua implementação, mesmo durante o período

da ditadura militar, representou um avanço na democratização do ensino fundamental II, possibilitando o acesso à educação para uma parcela da população anteriormente excluída dessa oportunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a educação, no recorte temporal em que a escola Polivalente de Conceição do Almeida foi implementada, representava uma demanda política, social e econômica encabeçada pelo regime militar e seu projeto de desenvolvimento nacional que, entre outros meios para execução de seu plano de ação, valia-se da educação na tentativa de ampliar seu poder, ao disseminar suas ideias apresentando uma educação direcionada às camadas mais populares e pobres, as quais se sentiam contempladas e valorizadas. Entretanto, a proposta do regime militar se caracterizava apenas como um arcabouço que reproduzia os valores do imperialismo norte-americano que, por sua vez, era passível de críticas referentes às intenções de sua implantação no Brasil, ao privilegiar o ensino profissionalizante para que o mesmo atendesse à necessidade de mão de obra especializada ao mercado de trabalho. Além disso, as críticas também alertavam para a presença da USAID junto ao sistema de ensino brasileiro, como uma das fórmulas de utilização da educação para fins econômicos do capitalismo norte-americano no Brasil e no mundo.

Concluimos ainda que, o projeto de escolas Polivalentes apresentava uma trajetória diferenciada em comparação às demais escolas, quer por sua proposta pedagógica/curricular, pautada na qualidade do ensino ao executar um trabalho integrado entre o ensino regular e profissionalizante, aliando desta maneira, teoria e prática na formação do alunado a que se destinava; quer pela excelente infraestrutura de arquitetura moderna em espaço amplo e agradável ou ainda pelo trabalho desenvolvido no interior desta instituição que, embora carregado de passionalidades no relato dos sujeitos implicados nesta pesquisa histórica, nos possibilitou deduzir o que significou e ou representou para a comunidade escolar, alunos, professores direção e funcionários bem como a comunidade almeidense como um todo a escola Polivalente de Conceição do Almeida. É possível concluir que, por mais que tenha sido pensada com o objetivo de ser um dos pilares renovadores da educação na ditadura civil-militar, de maneira bem particular na cidade de Conceição do Almeida,

ela promoveu não apenas o ensino formal, mas agigantou-se em um espaço de construção de histórias pessoais e coletivas.

Assim sendo, valorizar a história desta instituição de ensino através da investigação de sua criação, sua arquitetura, as metodologias e práticas vivenciadas no seu interior, a filosofia do ensino por ela ofertada, bem como a participação dos autores envolvidos nos possibilitou ressignificar as memórias dos sujeitos que protagonizaram estas memórias e as mantiveram vivas, transmitidas às novas gerações que acabam se envolvendo e se integrando ao espaço da escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra – Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. Moderna, São Paulo, 1996.

ARAÚJO, J. A. A Usaid, o regime militar e a implantação das escolas polivalentes no Brasil. **Revista de Epistemologia y Ciências Humanas**, Rosário, n. 1, p. 51-61, 2009.

AUGRAS, Monique. História Oral e Subjetividade. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (Org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp. 1997.

BARROS, José D'Assunção. A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da Pesquisa. Instrumento – **Revista de estudo e pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: Acesso em: 31 sets 2023.

BRASIL. **Decreto nº 63.914 de 26 de dezembro de 1968**. Cria o PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio). Brasília: Senado Federal, Sub Secretaria de Informações. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicações.action?id=194725>. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

CALDAS, Geraldo Coni. **Conceição do Almeida; Minha Terra, Minha Gente Memórias**. Salvador: Mensageiros da Fé – 1974.

CAMPOS, Flávio. **A escrita da História** / Renan Garcia Miranda. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CHARTIER, R. História Intelectual e história das mentalidades: In: _____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

CUNHA, L. A.; GOÉS, M. de. **Brasil os anos de autoritarismo – análise, balanço-perspectiva**. O golpe na educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortes, 2000.

JACOBUCCI, Ary Meirelles. **Revolucionou e acabou? Breve etnografia do Ginásio Estadual Vocacional de Americana (GEVA)**. São Carlos: Compacta, 2002, 174 p.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2005

LUCKEZI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1992.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi**. Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM, 2006.

SANTOS, Alda Quintino. **O ensino médio na Bahia e os ginásios/escolas polivalentes: a iniciação para o trabalho** / Alda Quintino Santos. 2010. 163 p.

SCHULTZ, William T. O valor econômico da educação. Tradução de P. S. Werneck. **Revisão técnica de Calogeras A. Pajuba**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VEIGA, Ilma Passos (coord.). **Repensando a Didática**. Campinas: Papyrus, 1989.